

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Ata de Reunião

## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### Ata de Reunião

#### **Ata de Reunião - Conselho de Administração - Empresa Mineira de Comunicação**

Aos 28 dias do mês de dezembro do ano de 2020, às 10 horas, em sua Sede à Rua Tenente Brito Melo, 1090, - Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, com a participação de parte dos membros de maneira remota, em função da pandemia da Covid-19, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação - (Consad-EMC), sob a Presidência de Eleonora Cruz Santos e com o comparecimento, através de videoconferência, dos conselheiros Lina Patrícia Rocha Laredo, Mozahir Salomão Bruck e Maristela Rangel. Foram registradas adicionalmente as presenças, parte presencial e parte por videoconferência, do Presidente da Empresa Mineira de Comunicação, Sérgio Rodrigo Reis, da Diretora-Geral da Empresa Mineira de Comunicação, Kátia Carneiro, da Diretora de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual, Monica Trigo, da Diretora de Conteúdo e Programação, Marisa Guimarães, do Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, Eduardo Gomes, do Diretor de Captação, Parcerias e Projetos, Walter Vasconcelos, e do Diretor de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações, Edson Siquara Souza.

No início da reunião o conselheiro Mozahir Salomão Bruck se pronunciou com um voto de pesar pelo falecimento do conselheiro Euler Andrade, ocorrida no dia 20 de dezembro de 2020, vítima de Covid-19. A presidente do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação (Consad-EMC), Eleonora Cruz Santos, lembrou que Euler tinha uma história marcante na Comunicação e tinha sido muito relevante a indicação e a participação dele no Consad - EMC.

Em seguida, a diretora-geral da Empresa Mineira de Comunicação (EMC), Kátia Carneiro, deu início à apresentação do Balanço 2020 da EMC. Kátia pediu desculpas a todos os conselheiros por não ter encaminhado o material com a antecedência desejada porque toda a equipe de gestão estava envolvida com a execução da Lei Aldir Blanc, de apoio ao setor audiovisual mineiro, cujos prazos se encerrariam no final do ano. Kátia começou a exposição mostrando a estrutura atual do organograma da EMC, já anteriormente aprovado pelo Consad-EMC, e apresentou todos os membros da alta gestão da empresa e suas respectivas funções.

Na sequência, o Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças (DPGF), Eduardo Gomes, apresentou o balanço de sua diretoria. Eduardo afirmou que a DPGF realizou grandes ações em 2020. A diretoria foi o carro-chefe no processo de unificação das instituições que fazem parte da Empresa Mineira de Comunicação - Rede Minas, Rádio Inconfidência e Diretoria de Radiodifusão e Telecomunicações (DIRT), antigo Departamento Estadual de Telecomunicações (DETEL) – onde conseguiu-se promover unicidade de processos, formação de equipes multidisciplinares, e formatação do Plano de Integridade da EMC. Eduardo Gomes destacou também a publicação do PDV - Programa de Desligamento Voluntário - da Rádio Inconfidência, com critérios definidos em comum acordo com as diretrizes da administração do Estado e reforçou que o PDV é um marco concluído dentro das 5 etapas de implementação da EMC. Outro ponto significativo foi a constituição do Conselho de Administração e a formalização da estrutura administrativa da EMC.

Com relação à constituição da Empresa Mineira de Comunicação, a presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, ponderou que o Conselho de Administração não poderá validar as contas da EMC sem a constituição do Conselho Fiscal da EMC, que é a instância responsável por sua validação inicial, e que ainda não foi formado. Eleonora Santos pediu que constasse em ata qual será o prazo de constituição do Conselho Fiscal. Adicionalmente, a presidente do Consad-EMC também questionou sobre qual seria o teor das portarias conjuntas EMC / FTVM nº 8 de 13 outubro de 2020, que consta no Balanço 2020 da EMC, e pediu que, antes de suas publicações, fossem encaminhadas para conhecimento prévio dos conselheiros. Destacou que o caminho mais adequado é que o conhecimento do teor dessas publicações seja feito via alta gestão da EMC.

Eduardo Gomes explicou que as portarias citadas tratam das competências das diretorias da EMC e delegam aos diretores as atividades executadas na Fundação TV Minas. Portaria unifica e centraliza competências e ordenação de despesas.

Com relação ao Conselho Fiscal, a diretora-geral da Empresa Mineira de Comunicação, Kátia Carneiro, afirmou que a tramitação dentro do governo está sendo feita, os nomes dos integrantes já foram aprovados na Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) e que a expectativa é que sejam aprovados até o final de 2020, porém, sem data específica, pois depende de processo interno da Secretaria de Governo. Com relação à publicação de documentos da EMC, processos, portarias etc, esses serão juntados aos documentos do sistema SEI aos quais os conselheiros têm acesso.

Eduardo Gomes continuou a explicação sobre o balanço gerencial apresentado nesta reunião por parte da DPGF, explicando que as ações de parcelamento de pagamento de dívidas junto à devedores da EMC gerou aporte significativo de finanças. E que a unificação de compras e contratos dentro da EMC gerou economia de 10 a 20% em custos. Falou da importância da unificação dos orçamentos das instituições que fazem parte da EMC e pediu a ajuda do Consad-EMC para que esse objetivo seja alcançado.

A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, comentou que o superávit de 7 milhões da Rede Minas foi surpreendente e que as pessoas precisam entender que a arrecadação da TV vai cobrir os déficits da Rádio Inconfidência. Lembrou a necessidade de investimento na TV e na Rádio, e que era preciso que a alta gestão organizasse o planejamento do reinvestimento dessa quantia. E que esse planejamento passa também pela discussão e ponderação junto aos gestores da Secretaria da Fazenda do Governo de Minas para que haja garantia do recurso e sua posterior liberação.

Kátia Carneiro afirmou que esse superávit poderá ser pleiteado para uso no ano de 2021, e que esse procedimento será buscado. A conselheira Maristela Rangel sugeriu que o dinheiro seja usado em reinvestimento estrutural, em equipamentos para a Rádio e a TV. A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, pediu que o planejamento de 2021 da EMC seja apresentado ao Conselho e perguntou se os 7 milhões já estão nesse planejamento. Eduardo Gomes disse que não estão ainda, mas podem entrar através suplementação. Ele lembrou que o pagamento do PDV da Rádio Inconfidência estará em uma suplementação também. Kátia Carneiro disse que vai disponibilizar a prévia do planejamento 2021 da EMC no sistema Sistema Eletrônico de Informação - SEI, mas lembrou que a definição desse planejamento depende de votação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e que poderá haver contingenciamento de recursos.

A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, pediu mais compartilhamento de decisões da EMC com o Conselho. O conselheiro Mozahir Salomão Bruck disse que existe um descompasso entre a questão da fusão das empresas que fazem parte da Empresa Mineira de Comunicação e o PDV da Rádio Inconfidência.

Sérgio Rodrigo Reis, presidente da EMC, disse que o PDV, a Lei de Carreira dos servidores da Fundação TV Minas e o Plano de Cargos e Salários da Rádio Inconfidência fazem parte de um planejamento macro do governo e lembrou que várias reuniões foram feitas para que esses processos fossem avançando internamente dentro da EMC. Com relação ao PDV, Sérgio Reis considerou que houve avanço em relação à proposta inicial do PDV, considerando-se que, inicialmente seria pago em 24 prestações e agora será em parcela única, o que é uma conquista. Sérgio disse que todo mês tem reunião com o governador Romeu Zema para explicar o andamento desses marcos.

Na sequência, Marisa Guimarães, diretora de Conteúdo e Programação da EMC, falou sobre (i) os resultados da diretoria, (ii) a reestruturação, (iii) interiorização e (iv) nacionalização e em 2021, (v) a

internacionalização da Rede Minas. Destacou a criação de novos formatos durante a pandemia.

Sérgio Rodrigo Reis lembrou a importância da EMC na transmissão das aulas e das coletivas da Secretaria de Estado de Saúde de Minas, com informações sobre a pandemia de coronavírus. O presidente da EMC lembrou que a empresa fez atendimento de serviço cultural, educativo, informativo e abriu uma perspectiva importante. A conselheira Maristela Rangel considerou que as cinco horas diárias ocupadas na grade de Rede Minas com o conteúdo Se Liga na Educação descaracteriza a grade da emissora. E que é importante buscar, junto ao Governo do Estado, os recursos referentes a esse importante serviço prestado, pois a Rede Minas está sendo afetada em 5 horas de sua programação. Maristela disse que sabe que essa não é uma conversa fácil com o Governo, mas é preciso que eles saibam o que isso significa para a emissora. E que é importante buscar, junto ao Governo do Estado, Rede Minas e Governo Federal um projeto educacional de larga escala de alcance com uma infraestrutura tecnológica adequada aos objetivos do projeto, visando sua continuidade após a pandemia. Maristela disse que sabe que essa não é uma conversa fácil com o Governo, mas é preciso que eles entendam quais são os impactos gerados na grade de programação e os custos que representam essas 5 horas de veiculação. Sérgio Reis concordou que é necessário quantificar os serviços que a emissora presta e, para isso, é preciso buscar indicadores. Disse também que solicitou à Diretoria de Captação, Projetos e Parcerias que faça esse levantamento de quanto custaria esse serviço caso fosse feito pelo mercado e, o que está estabelecendo o diálogo com o governo sobre as reciprocidades. A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, disse que existe a receita intragovernamental dentro do Estado e que é preciso aproveitar esse momento e esse trabalho e aumentar esse pleito. Maristela Rangel reforçou que essa quantificação e precificação são importantes, e o retorno pode não ser apenas financeiro, mas que os parceiros podem dar visibilidade a marca da Rede Minas, bem como buscar recursos para investimentos em equipamentos para Rede Minas, seja por meio do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ou por outras fontes de financiamento de suas transmissões.

Marisa Guimarães, diretora de Conteúdo e Programação da EMC, falou sobre a Rádio Inconfidência e lembrou a criação de quatro canais de *streaming* e a execução do Prêmio da Música Mineira. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou se haverá mudança na grade na Rádio Inconfidência. Marisa Guimarães respondeu positivamente, ou seja, novos programetes serão levados para a Rádio, e aproveitou para fazer menção a uma parceria com a Fundação João Pinheiro. Sérgio Rodrigo Reis, presidente da EMC, falou da possibilidade de se fazer mais um Prêmio da Música Mineira, incluindo ainda mais o interior. E também de fomentar ações da emissora de rádio no espaço externo da sede da EMC.

O conselheiro Mozahir Salomão Bruck disse que a grade que vai se desenhando na TV e na Rádio tem sido um esforço de manter o cultural e o educativo. Questionou se, com a possibilidade de retirada do programa “Se Liga na Educação”, da grade da Rede Minas, o que vai ser colocado depois, e se há como reprogramar a TV com a saída desse conteúdo. Adicionalmente o conselheiro questionou sobre a faixa musical da TV de final de semana, se é opção ou necessidade, e pediu para constar em ata a importância da manutenção do programa Roda Viva, da TV Cultura, na grade da Rede Minas, dada a importância de se ter um programa desse nível na TV. Marisa Guimarães afirmou que o Roda Viva deve ficar no ar, e que o programa muitas vezes tem mais prestígio que audiência. Com relação à faixa musical na TV, esclareceu ser intencional ter a música à noite e a tarde aos finais de semana; que possui aproximadamente 12% da programação voltada para área musical, pois a TV prima pela área musical, pois ao enviar a grade aos parceiros, geralmente o que chama a atenção destes, é a música pela excelência, conteúdo e música mineira. Portanto, é uma opção intencional. Com relação ao conteúdo da Educação a intenção é manter as 5 horas na grade, essa negociação vem sendo feita. O planejamento é a educação continuar todo o ano de 2021.

O presidente da Empresa Mineira de Comunicação, Sérgio Rodrigo Reis, concordou que a questão da música precisa ser revista. Ele considera que novos formatos precisam levar conteúdo, linguagem e conhecimento para novos públicos. Sérgio Reis falou ainda sobre a Diretoria de Desenvolvimento do Audiovisual e sua organização para o cumprimento das demandas. Kátia Carneiro complementou dizendo que os editais da Lei Aldir Blanc estão sendo efetivados com uma força tarefa de colaboradores e gestores para dar conta do volume de propostas. Isso apesar das dificuldades dos potenciais participantes da sociedade civil em atender às condições do edital. A conselheira Maristela Rangel explicou que a Lei Aldir Blanc trouxe vários problemas de execução nos estados, mas que os licenciamentos dos filmes previstos para a EMC vão contribuir significativamente para a grade da Rede Minas. A diretora de Desenvolvimento para Promoção do Audiovisual, Monica Trigo, falou do esforço que está sendo feito para atingir os objetivos. Destacou os projetos de sua diretoria e as discussões realizadas com a sociedade civil na construção dos

processos. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou sobre como foi feita a seleção das 302 exibições que serão selecionadas através da Lei Aldir Blanc. Monica Trigo respondeu que todas as obras poderão ser exibidas, desde que dialoguem com a política institucional da EMC. Sérgio Reis lembrou que esse número é uma perspectiva.

Sobre os resultados da Diretoria de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações, Sérgio Rodrigo Reis, presidente da EMC, lembrou que o fato largamente noticiado pela mídia, de que algumas emissoras parceiras da Rede Minas no interior do estado iriam passar a retransmitir a programação da TV Cultura, no final só uma emissora efetivamente o fez. Isso porque há um esforço interno, da atual gestão, para que essas parcerias sejam consolidadas. Ele começou a fazer visitas às emissoras. O diretor de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações, Edson Siquara Souza, complementou falando sobre a herança do Detel. Os equipamentos do antigo Detel tem gerado receitas para a EMC, receitas essas que poderão ser ainda maiores se o projeto Conecta Minas, que tem orçamento de 42 milhões de reais, for executado. Lembrou que os recursos para esse projeto estão sendo buscados no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e também em outras empresas. O Conecta Minas pretende levar TV e internet, os dois, ou um ou outro, a todo o Estado. A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos falou sobre a urgência do Norte e Nordeste do Estado serem beneficiados pelo sinal da TV, e que esse é o momento para isso ser pleiteado. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou se tem algum dado ou número para saber em quais municípios a Rede Minas é exibida(?). Edson Siquara respondeu que o dado é teórico, já que a verificação precisaria ser mensal, mas o cálculo é de que 310 municípios, aproximadamente 11 milhões de pessoas, recebam o sinal da Rede Minas. Edson Siquara falou sobre a migração do parque AM para FM. Destacou que o conteúdo que vai para interior pode ser um mix do AM e do FM, mas não está decidido ainda.

A presidente do Consad-EMC, Eleonora Santos, solicitou explicação sobre o gráfico de repercussão da TV Minas na mídia, e a razão da oscilação de alguns números. A diretora de conteúdo e programação, Marisa Guimarães, disse que essa explicação seria apurada e enviada ao Conselho.

O diretor de Captação, Parcerias e Projetos, Walter Vasconcelos, apresentou os números da sua diretoria. Citou a captação feita junto à Cemig para manutenção da programação da Rádio Inconfidência. E que tem 3 ou 4 anos que mídia de apoio direto na Rede Minas não está ocorrendo.

Ao final, o presidente da EMC, Sérgio Rodrigo Reis, prestou uma homenagem ao conselheiro Euler Andrade, lembrando a integridade e a importância de sua trajetória, que faleceu vítima da Covid-19. Sérgio Reis deixou os sentimentos para os familiares. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo disse estar extremamente sentida, que o conselheiro vai fazer muita falta, e lembrou o cuidado que todos deveremos ter. A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, lembrou da fala de Euler na última reunião em que esteve presente. Ele disse “quem sabe a gente não consegue fazer presencial” e completou que, espiritualmente acreditava que ele estaria presencialmente com todos. O conselheiro Mozahir Salomão Bruck lamentou e lembrou que essa doença é imprevisível. A conselheira Maristela Rangel lembrou que todos precisam ter cuidado, que a EMC conseguiu contornar riscos internos de Covid-19 e desejou a todos ótimo 2021. Sérgio Rodrigo Reis falou de esperança, que 2021 será um ano abençoado e com esperança, e que espera que todos tenham ótima convivência em 2021.

Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente Ata que, após lida, será assinada eletronicamente pelos participantes.

<p style="text-align: center;"><b>Eleonora Cruz Santos</b> Presidente do Conselho de Administração da EMC e Representante do Cotista Minoritário (Fundação João Pinheiro)</p>	<p style="text-align: center;"><b>Lina Patrícia Rocha Laredo</b> Conselheira Representante dos Empregados da Empresa Mineira de Comunicação</p>
<p style="text-align: center;"><b>Maristela Rangel Pinto</b> Conselheira Representante do Cotista Majoritário</p>	<p style="text-align: center;"><b>Mozahir Salomão Bruck</b></p>

(Governo de Estado de Minas Gerais)	Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)
<b>Sérgio Rodrigo Reis</b> Presidente da Empresa Mineira de Comunicação	<b>Kátia Carneiro</b> Diretora-Geral da Empresa Mineira de Comunicação
<b>Eduardo Cesar Silva Gomes</b> Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças da Empresa Mineira de Comunicação	<b>Marisa Guimarães</b> Diretora de Conteúdo e Programação da Empresa Mineira de Comunicação
<b>Mônica Trigo</b> Diretora de Desenvolvimento e Promoção do Audiovisual da Empresa Mineira de Comunicação	<b>Edson Siquara Sousa</b> Diretor de Tecnologia e Políticas de Telecomunicações
<b>Walter Vasconcelos</b> Diretor de Captação, Parcerias e Projetos da Empresa Mineira de Comunicação	



Documento assinado eletronicamente por **Walter Nunes de Vasconcelos Junior, Diretor**, em 21/01/2021, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eleonora Cruz Santos, Diretor(a)**, em 21/01/2021, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar Silva Gomes, Diretor**, em 21/01/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Guimarães Leite, Diretora**, em 21/01/2021, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Rangel Pinto, Chefe de Gabinete**, em 22/01/2021, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Rodrigo Reis, Presidente**, em 22/01/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Marília Silveira Carneiro, Diretora-Geral**, em 22/01/2021, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Siquara de Souza, Diretor**, em 22/01/2021, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Monica Ribeiro Trigo, Diretora**, em 22/01/2021, às 13:31,



conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Lina Patricia Rocha Laredo, Servidora Pública**, em 24/01/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **MOZAHIR SALOMÃO BRUCK, Conselheiro**, em 05/02/2021, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24529839** e o código CRC **DEAB0D6B**.

---

Referência: Processo nº 3150.01.0000047/2020-93

SEI nº 24529839